



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

O CURRÍCULO ESCOLAR NO BRASIL IMPERIAL: reflexões sobre a prática de ensino

*André Luís de Sousa Arruda (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO
MARANHÃO - UEMASUL) - andre_arruda@outlook.com*

*Fabricia Feitosa Barreto (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO
MARANHÃO - UEMASUL) - fabriciafeitosabarreto24@gmail.com*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o currículo escolar no Brasil Império durante os anos de 1824 a 1854, ressaltando as propostas pedagógicas para o ensino primário e secundário. Nessa perspectiva, a escrita pretende compreender como as políticas educacionais foram utilizadas para atender aos anseios da Corte brasileira durante aquele período, deixando a classe popular excluída na prática. O trabalho propõe demonstrar como surgiu a necessidade de se construir um projeto no qual garantisse a expansão do país e o seu total desenvolvimento, sendo que, no primeiro momento a proposta era voltada para um sistema nacional de educação, com escolas distribuídas por todo o território seguindo a Constituição de 1824. Esse trabalho busca fundamentar como esse direito a educação mesmo assegurado pelo termo de gratuidade nos níveis primário e secundário, não se alterou, pois continuou ainda nas mãos da classe dominante. O artigo por meio dos fatos históricos desvela o Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827 que foi implementado como primeira lei de instrução elementar durante o período, delegando a família a função de educar. Outro fator importante é comparar a educação voltada para o sexo masculino e também ao sexo feminino, que traziam elementos específicos e diferentes funções de aprendizagem para ambos. Diante dessa perspectiva, o trabalho visa identificar essas transformações na educação brasileira tendo em vista o contexto cultural e histórico da nação naquele momento, considerando as consequências posteriores a essas alterações dentro daquela conjuntura social. O trabalho visa desvelar os métodos utilizados dentro do sistema educacional que eram direcionadas as famílias da alta sociedade, relatando os modelos pedagógicos ministrados em comparação ao ensino popular. A análise também visa constatar como o poder central influenciou diretamente na divisão do processo educativo a partir do ato adicional de 1834 que delegava a responsabilidade do ensino secundário as províncias e o ensino superior ao governo, a partir da implantação do Colégio Pedro II que serviu como base de ensino secundarista naquele momento histórico, o que evidenciou a preferência pela elite dominante que permaneceu recebendo maior atenção do Império. Para este trabalho, foi utilizada pesquisa bibliográfica de autores como Candau (2014), Romanelli (2006) e Zotti (1980).

Palavras-chave: Educação. Brasil Imperial. Políticas Educacionais.



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscar compreender a realidade do sistema de ensino no Brasil entre o período de 1824 a 1854, na era Imperial. A discussão se delimita aos fatos ocorridos nessa fase histórica, visando demonstrar como era distribuído e organizado os eixos curriculares trazendo impactos a sociedade.

A revolução francesa de 1789 foi responsável por desvelar movimentos decisivos que estavam acontecendo na Europa, fato este que influenciou diretamente no Brasil nos anos que se seguiram. Essa mudança começa a surtir efeito a partir da mudança da família Real portuguesa a colônia brasileira em 1808.

O momento vivenciado pela sociedade brasileira naquele período se caracterizava por um padrão político aos moldes europeus, sendo o país um Estado de economia liberal com uma monarquia parlamentarista. Ademais, era governado por uma elite pró-escravatura e contra reformas políticas e econômicas, representando um grande entrave para uma mudança de mentalidade e intolerância frente a outras ideias políticas.

A estrutura econômica apresentava um modelo obsoleto principalmente no que tange a indústria e a educação, sendo somente os grandes latifundiários beneficiários do Estado. Assim sendo, embora o Brasil tivesse como modelo de governo a democracia presente em nações europeias, padecia de um atraso em sua conjuntura política devido às ideias ainda antiquadas de boa parte da elite.

Além disso, a religião católica tornara-se a oficial do império brasileiro e por estar presente no ensino escolar, oferecia resistência ante aos novos modelos adotados pelos currículos educacionais nos países europeus, principalmente por essas influencias resultarem das mudanças advindas da Reforma Protestante. A escola moderna, em resumo, enfrentou forte oposição da elite social antes de ser implantada no Brasil e oferecer novas perspectivas para o ensino.

Com o raiar de 1822 e suas expectativas, iniciou-se um projeto de construção do modelo educacional, sendo estruturado oficialmente a partir de 1827 com a criação de uma lei geral referente ao ensino primário. Para administrar a enorme demanda, o governo adotou o método Lancaster como modelo, porém apesar do que acreditavam ser resultados de avanços importantes na educação, logo perceberam pouco tempo depois que o método não era



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*
21 a 24 de maio | 2019
*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

adequado para a realidade brasileira. Entre métodos e medidas políticas para sanar a deficiência do ensino público, a educação brasileira enfrentou inúmeros percalços e muitas práticas foram adotadas na tentativa de obter um modelo que servisse aos interesses político-econômicos de várias épocas.

2 A IDEIA DE EXPANSÃO DO ENSINO NO BRASIL IMPÉRIO E OS INTERESSES DA CORTE

De acordo com Zotti (2004) a educação brasileira recebeu o primeiro decreto regulamentador sobre sua aplicação somente cinco anos após a independência do Brasil em 1822, que permaneceu como lei única até a primeira metade do século XX. As escolas de primeiras letras haviam sido estabelecidas logo em 1823. No ano seguinte, 1824, autorizou-se o ensino primário mas somente com o decreto de 15 de outubro de 1827 suas diretrizes foram delineadas.

Embora houvesse entre alguns setores da política, o discurso que indicava a importância de se aplicar uma educação que servisse para engrandecer a nação, a verdade é que havia pouca mobilização social ou vontade política para fazê-lo, delegando-se tal tarefa a vontade de quem a entendesse necessária.

A população era formada em sua composição pela elite que eram os donos de fazendas cafeeiras, senhores de terras agrícolas e donos de instituições privadas, servos e escravos livres além da Corte recém chegada ao Brasil, formada por europeus.

Nesse contexto, a Corte pretendia reformular a imagem e a mentalidade do povo para incorporá-los a figura de Portugal nos moldes europeus, dessa forma era interessante investir em métodos de ensino que iniciassem o letramento do povo, ainda que fossem metodologias obsoletas que não se adequavam a realidade local.

Candau e Moreira (2007) afirmam que o currículo é derivado de diversas concepções ganhas ao longo do tempo, sendo essas definições, históricas e culturais que podem trazer influência ao contexto social em que é aplicado. Neste sentido, a metodologia inserida dentro do Brasil Império deveria ter outro tipo de abordagem que tivesse as características das necessidades do povo a ser letrado, todavia o currículo ensinado, era produto vindo de um outro país europeu.



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Não bastasse estes entraves, ainda se assinalavam outros obstáculos, como a discriminação de sexos no tocante ao currículo escolar, que visava educar o povo e prepará-los para a formação de um novo contexto social a partir da chegada da família real portuguesa.

O tipo de educação seguido era diferenciado para homens e mulheres e para Ribeiro (1998, p.67 *apud* ZOTTI, 2004, p. 40), ainda que com um currículo limitante, o fato de a educação feminina ser contemplada no sistema educacional ainda era considerado um avanço se comparado a outras debilidades que ainda se enfrentavam naquele período.

Outras soluções foram adotadas também, as quais uma delas foi descentralizar do poder estatal a tarefa de garantir educação a todas as classes, delegando-as aos municípios. Estes nada puderam fazer senão investir em liceus provinciais, que se resumiam em aplicação de provas para ingressar no ensino superior, o principal foco do sistema educacional da época, direcionado às elites.

3 O DECRETO DE 1827, O ENSINO PRIMÁRIO E A PARTICIPAÇÃO FAMILIAR

Em outubro de 1827 com a delimitação do ensino, a lei permitia à família, a tarefa de promover o ensino elementar, confirmando-se o pouco investimento do governo na instrução básica da sociedade, em especial das camadas mais pobres. O Estado assim se esquivava da responsabilidade de estabelecer condições mínimas para a educação pública e sustentava um sistema escravocrata e baseado em uma economia predominantemente agroexportadora (XAVIER, 1992, *apud* ZOTTI, 2004).

Essa educação familiar já era praticada durante o período colonial e desde a reformulação do ensino no Brasil, esse número elevou-se consideravelmente nos anos do imperialismo. Essa realidade também alcançara os métodos do ensino primário que devia seguir os moldes do que estava constando na lei sendo a educação primária, uma prioridade de estados e municípios.

Como base de ensino, o Brasil adotou o método Lancaster, que consistia em um grupo de alunos mais inteligentes ensinarem a outros mais deficientes no aprendizado se converteu em um fracasso à medida que se comprovou suas debilidades frente aos desafios do



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

ensino em sala de aula. Esse tipo de método foi bastante bem visto pela Corte real, o que ajudou a permanecer durante bastante tempo como um modelo eficiente de educação.

4 ATO ADICIONAL DE 1834 E O MODELO DE ENSINO DO COLÉGIO PEDRO II

Conforme as dificuldades eram notadas dentro do sistema de ensino, apresentando falhas devido ao método lancasteriano propalado na séries primárias, somado também a má gestão educacional, a falta de qualificação dos professores e problemas salariais, (ZOTTI *apud* SUCUPIRA, 1996, p.59), veio então a necessidade de incluir mais um ato a lei de práticas educativas naquele período, sendo essa, constituída de Ato Adicional de 1834.

Devido às grandes dificuldades encontradas no contexto escolar brasileiro, ocorreu o Ato Adicional de 1834, com a finalidade de descentralizar o ensino, o governo nomeou as Províncias a responsabilidade de promover o Ensino gratuito, e deixando sobre sua incumbência somente o ensino superior (ROMANELLI, 2006).

Partindo desse contexto, o ensino agora ficaria a cargo dos estados e províncias, no tocante a assegurar o cumprimento da educação primária e secundária, já o ensino superior seria de responsabilidade do Estado. Nesse interim, as instituições particulares puderam expandir o ensino primário e secundário, agindo de acordo ao que achavam mais adequado para a ministração dos conteúdos. A educação em casa ainda era utilizada com frequência.

Em 1837, o Colégio Pedro II foi inaugurado com o propósito de ser um modelo institucional para a formação de alunos para o ingresso no ensino superior da Faculdade Imperial brasileira. Seu modelo era baseado nos liceus franceses e o currículo para este sistema fora melhor elaborado para os alunos que faziam parte dessa seriação, diferente da educação primária que não possuía recursos didáticos modernos, se comparados ao ensino secundário e superior.

A grade disciplinar seguia o modelo humanista com duração de sete anos sendo divididos entre o ensino dos idiomas inglês e francês além de outras matérias curriculares já de ensino padrão. Esse ensino mais aprimorado era um privilégio da elite que desfrutava de melhores metodologias e didáticas do ensino europeu.

Em 1854, existiam dezesseis liceus nas Províncias e em 1872 esse número subiu para vinte. Todos esses se miravam no currículo e funcionamento do Colégio D. Pedro II. Os próprios livros didáticos adotados nos liceus provinciais tendiam a ser os mesmos utilizados no Pedro II, tendo em vista que os chamados “exames preparatórios”, que davam acesso ao ensino superior, eram realizados seguindo o programa e os livros didáticos do Colégio Pedro II. (SILVA, p. 95)



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Nos anos seguintes as instituições protestantes foram determinantes no espraiamento dos colégios americanos e europeus no Brasil, seguindo didáticas diferentes do ensino católico, o que representava grande oposição aos modelos educacionais vigentes. Com o advento desses novos modelos institucionais, as novas tecnologias começaram a fazer parte da realidade educacional, assim como outros tipos de métodos como o Pestalozzi.

5 A EDUCAÇÃO DIFERENCIADA PARA HOMENS E MULHERES

A dualidade de ensino no tocante a homens e mulheres seguia metodologias que consistiam em seguir rotinas diferenciadas de estudos, de acordo ao gênero. Para as mulheres, esse tipo de ensino era voltado às práticas pedagógicas mais simples com conteúdo de aprendizado superficial e direcionado mais ao comportamento da moça em sociedade.

As instituições direcionadas as mulheres eram chamadas de Escolas Normais em que os professores deveriam ministrar as disciplinas focando no ensino das letras e números, além de conteúdos concernentes a formação da mulher para o lar e os bons costumes sociais. Muitas delas eram analfabetas e serem contempladas com a instrução educacional fora considerado certo avanço naquela época.

Para corroborar o ensino voltado aos bons costumes e maneiras de educação doméstica, as Escolas Normais utilizavam a literatura a seu favor, citando autores e romancistas importantes europeus na composição das aulas, buscando despertar a empatia das alunas e sua submissão ao que era ministrado.

Assim, os romances clássicos brasileiros funcionaram como material pedagógico para indicar a forma como a mulher “correta”, educada e de família deveria se portar. Mas, também, os clássicos da literatura do século XIX representavam o veículo pelo qual os autores reafirmavam sua visão de mundo e sociedade ideais: a mulher educada e guardiã da família. (CUNHA, VIEIRA, p. 9, 2010)

Desse modo o papel feminino da sociedade brasileira seguia o perfil das mulheres europeias que eram conservadoras, guiadas pela religião e com princípios definidos pela educação formal que recebiam. Outro fato a ser citado é que havia diferenças entre o tipo de educação das mulheres do campo e das cidades. As mais que viviam no campo recebiam uma educação mais simples com o básico de refinamento, já as moças pobres, apenas eram letradas e ensinadas para serem adequadas para o casamento.



XII ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

As jovens ricas da cidade eram educadas com preceptores que ajudavam no ensino das disciplinas básicas e também com os idiomas estrangeiros. Além de aulas de piano clássico, bons modos à mesa, hábitos da sociedade rica imperial.

Os homens tinham uma educação mais privilegiadas no contexto educacional tendo acesso ao ensino de ciências exatas como o uso da geometria, cálculos, gramáticas do idioma falado, entendimento sobre a legislação, além do ensino a obediência dos preceitos morais e religiosos. Percebe-se aí uma discrepância no perfil didático ministrado para homens e mulheres do Brasil oitocentista.

O modo de ensino era também um padrão do que era visto no sistema europeu daquela época, levando como exemplo as metodologias dos liceus e ateneus franceses e ingleses. Os homens eram criados para serem capazes de corresponderem aos anseios da sociedade brasileira elitista, buscando igualarem-se aos perfis já vistos em outras sociedades.

Após o término dos estudos eram-lhes concedidos certificados de Bacharéis em Letras, o que lhes ascendia diretamente para o ensino superior nas Escolas de Medicina e Direito em São Paulo e Rio de Janeiro entre outros cursos ministrados nessas instituições administradas pelo Estado. O acesso era restrito apenas para os homens enquanto que para as mulheres era raro conseguirem ingressarem no ensino superior.

3 CONCLUSÃO

O presente trabalho demonstra rememorar como a educação passou por várias etapas em sua trajetória ao longo do tempo. Por entender a importância dessa temática frequente nos dias atuais, debater sobre os meios utilizados dentro dos processos de ensino aprendizagem nos permite entender as condicionantes que delinearão as leis e os impactos disso na sociedade e como isso pode explicar os resultados vistos hoje no cenário escolar do país.

A análise nos permite observar a exclusividade da parcela mais rica em detrimento dos mais pobres, na esfera educacional, fato este que trouxe consequências nos séculos seguintes.

O Brasil passou por diversos momentos de transformação pedagógica até chegar aos moldes atuais. O tema desvela como a sociedade se comportava perante as mudanças sociais propostas pelas esferas de poder que atuavam naquele período.



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

A discussão dessas questões são pertinentes, visto que traços dessa realidade educacional ainda são reais no tocante a escolha do currículo e a aplicabilidade deste em sala de aula. A herança educacional trazida pelos portugueses deixou consequências nos anos seguintes, visto que a influência da Corte e da Igreja no tocante ao currículo e a sua forma de ser centralizadora prejudicou a autonomia e desenvolvimento do sistema que ao mesmo tempo não se fazia presente em todo o território no ensino secundário, por exemplo, modelou o caminho pedagógico do ensino brasileiro.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the school curriculum in Brazil Empire during the years 1824 to 1854, highlighting the pedagogical proposals for primary and secondary education. In this perspective, writing intends to understand how educational policies were used to meet the Brazilian court's wishes during that period, leaving the popular class excluded in practice. The paper proposes to demonstrate how the need arose to construct a project in which to guarantee the expansion of the country and its total development, being that at the first moment the proposal was directed towards a national system of education, with schools distributed throughout the territory following the Constitution of 1824. This work seeks to justify how this right education even ensured by the term of gratuity at the primary and secondary levels, did not change, as it remained in the hands of the ruling class. The article by historical facts reveals the Imperial Decree of October 15, 1827, which was implemented as the first law of elementary instruction during the period, delegating the family the function of educating. Another important factor is to compare the education aimed at the male sex and also the female sex, which brought specific elements and different learning functions for both. In view of this perspective, the work aims to identify these transformations in Brazilian education in view of the cultural and historical context of the nation at that time, considering the consequences after these changes within that social conjuncture. The paper aims to reveal the methods used within the educational system that were directed to the families of the high society, reporting the pedagogical models taught in comparison to popular teaching. The analysis also aims to verify how the central power directly influenced the division of the educational process from the additional act of 1834 that delegated the responsibility of the secondary education to the provinces and the higher education to the government, from the implantation of the Pedro II College that served as base of secondary education in that historical moment, which evidenced the preference for the dominant elite that remained receiving more attention of the Empire. For this work, bibliographical research was used by authors such as Candau (2014), Romanelli (2006) and Zotti (1980).

Keywords: Education. Imperial Brazil. Educational Political.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

REFERÊNCIAS

BARROS, Nilce de Oliveira, VESPASIANO, Bruno de Souza. **A história da educação: uma breve revisão.** Artigo disponível em http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/1oyMLtuJODIWmGD_2017-1-21-10-35-26.pdf Acesso em 15/04/2019

CUNHA, Washington Dener dos Santos, SILVA, Rosemaria J. Vieira. **A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura,** Artigo disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/download/62/40> Acesso em 15/04/2019

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa, CANDAU, Vera Maria. **Currículo, conhecimento e cultura.** Indagações sobre Currículo. Ministério da Educação, Brasília, 2007

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 30ª edição. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 2006

SILVA, Marcos. **Educação escolar na época do Império brasileiro.** Artigo disponível em http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/17001014122012Historia_da_Educacao_Brasileira_Aula_6.pdf > Acesso em: 15/04/2019

SILVA, Sérgio Almeida da; MAZZUCO, Neiva Gallina. **História e políticas de educação no Império brasileiro.** UNIOESTE, Cascavel - PR, 2005

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil dos jesuítas aos anos de 1980.** Editora Autores Associados, Campinas - SP, 2004.